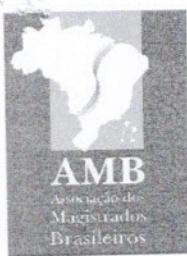


EXCELENTESSIMOS SENHORES MEMBROS DO COMITÊ ORGANIZADOR DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COMPOR O CNPCT - BIÊNIO 2016-2018.

A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB, entidade que congrega todos os segmentos da magistratura nacional (magistrados estaduais, militares, federais e trabalhistas), contando com mais de 13 mil filiados por todo o país, **com representatividade em todas as unidades da federação**, com sede em Brasília, DF, no SCN, Quadra 02, Bloco D, Torre B – Centro Empresarial Liberty Mall, CEP 70712-903, Telefone: (61) 2103-9000, FAX (61) 2103-9036, e-mail (juridico@amb.com.br), inscrita no CNPJ sob Nº 34.102.228/0001-04, neste ato representada por seu Presidente **João Ricardo dos Santos Costa**, brasileiro, casado, Magistrado, RG nº: 1.005.994.387 SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº: CPF: 293.020.640-34 , domiciliado no SCN, Quadra 02, Bloco D, Torre B, sala 1302, Centro Empresarial Liberty Mall, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70712-903, telefone: (61) 2103-9020, vem, à presença de Vossas Excelências, em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº 1, de 09 de maio de 2016, apresentar requerimento e documentos para concorrer ao assento referente ao item III do edital (representantes titulares de movimentos sociais, fóruns, redes, entidades da sociedade civil com atuação relacionada à prevenção e ao combate a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes):



DOCUMENTOS JUNTADOS:

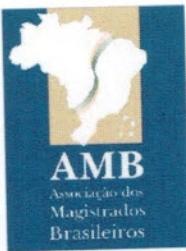
- a) Cópia do Estatuto Social da AMB;
- b) Cópia da última Ata de Eleição da Diretoria com nomes completos e CPF;
- c) Relatório de atividades desenvolvidas em território nacional na temática da prevenção e do combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes por, pelo menos 2 (dois) anos, acompanhado de documentos comprobatórios;
- d) Declaração do Presidente da AMB firmando a autenticidade do teor e forma dos documentos apresentados;
- e) Documento assinado pelo Presidente da AMB com indicação de um 1 (um) titular e de 1 (um) suplente;
- f) Currículo do titular e do suplente;
- g) Carta de intenções.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília-DF, 1º de junho de 2016.

Hadja Rayanne Holanda de Alencar
RG:1238601 SSP/RN
CPF: 852.154.224-00



CARTA DE INTENÇÃO

AO COMITÊ ORGANIZADOR DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COMPOR O CNPCT:

Prezado Comitê,

A ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB, entidade que congrega todos os segmentos da magistratura nacional (magistrados estaduais, militares, federais e trabalhistas), contando com mais de 13 mil filiados por todo o país, com representatividade em todas as unidades da federação, entende que não há como se tratar da tortura sem antes adentrarmos na temática dos direitos humanos.

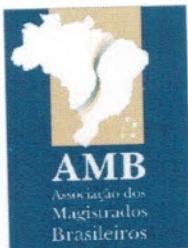
Nesse sentido, tem procurado ao longo de sua história contribuir para o debate e a apresentação de soluções ao calamitoso estágio em que se encontra a sociedade brasileira, reconhecendo nas instituições oficiais a fragilidade própria das nações que ainda não introjetaram verdadeiramente entre suas prioridades o direito à vida e à integridade pessoal, como preponderante a qualquer outro.

Em 2010 a AMB criou uma campanha ligada ao Combate à Tortura, que entregou uma proposta ao então Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, para que todo tribunal do País tenha uma Comissão de Direitos Humanos. O objetivo é que, a partir da edição de uma Resolução do CNJ, seja criada uma central de dados para sistematizar informações sobre a tortura praticada no Brasil.

O crime de tortura, que infelizmente ainda no estado brasileiro é ainda pouco combatido nos tribunais, mas a partir desta campanha, pudemos constatar que vários estados já criaram esta comissão. O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, por exemplo, criou uma ferramenta para receber denúncias de casos de tortura praticadas por agentes do Estado, o “torturômetro”.

A participação da Magistratura na elaboração do Novo Código Penal, por meio das ações no combate aos crimes praticados contra a mulher (o

✓

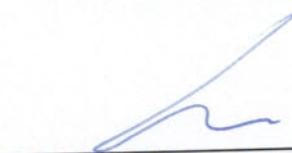


feminicídio), foi um dos temas discutidos durante reunião da Secretaria de Direitos Humanos da AMB no ano de 2012.

Destaco também as ações da AMB nas Cortes Internacionais de Direitos Humanos e a participação da Associação no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CDDPH).

Com todo este histórico a AMB pretende a recondução de seus membros para compor o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, empenhar-se na prevenção e no combate a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Atenciosamente,



Hadja Rayanne Holanda de Alencar
Presidente em exercício